

REFORMAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES NO BRASIL

REFORMS OF THE INTERNATIONALIZATION OF HIGHER COURSES IN BRAZIL

GERVASIO, Cirlene Ferreira Neri ¹
FONTENELE, Adelaine Aparecida Viana ²
SOUZA, Allessandra Cândido Ciza de ³
SOUZA, Ana Maria Reis de ⁴

Resumo

Objetivos: O presente artigo tem como intuito analisar o cenário gerado pela internacionalização da educação superior bem como os novos papéis atribuídos às universidades no contexto da reforma da educação superior. **Metodologia:** A pesquisa recorreu ao método qualitativo, onde buscou subsídios em várias fontes publicadas onde foi feita uma breve fundamentação teórica e análise sobre a reforma da educação superior, a concepção da universidade e o seu papel social bem como a internacionalização propriamente dita e as intenções existentes por trás desta. Além disso, evidencia-se os pontos positivos e negativos deste processo dentro do contexto social brasileiro, destacando as melhorias a serem realizadas. **Conclusão:** enfatizar a necessidade da relação direta entre estratégias acadêmicas e inserção social para que, em processos como estes que envolvem a saída de estudantes para expandir a educação superior brasileira, não se restrinja àqueles que possuem maior renda e, sim, àqueles que de fato estão capacitados a representar o Brasil e intercambiar conhecimentos científicos, experiências culturais e aprendizados sociais.

Palavras-chave: Internacionalização. Instituições de Ensino Superior. Reforma educacional.

Abstract

Objectives: This article aims to analyze the scenario generated by the internationalization of higher education as well as the new roles attributed to universities in the context of higher education reform. **Methods:** The research used the qualitative method, which sought subsidies from various published sources where a brief theoretical foundation and analysis was made about the reform of higher education, the conception of the university and its social role as well as the internationalization itself and the intentions behind it. Furthermore, the positive and negative points of this process within the Brazilian social context are highlighted, highlighting the improvements to be made. **Conclusion:** emphasize the need for a direct relationship between academic strategies and social insertion so that, in processes like these that involve students leaving to expand Brazilian higher education, it is not restricted to those who have higher income, but to those who in fact they are able to represent Brazil and exchange scientific knowledge, cultural experiences and social learning.

Keywords: Internationalization. Higher education institutions. Educational reform.

¹ Pedagogia UFMG, mestranda Universidad de la Empresa - UDE

² Pedagogia FISBI, mestranda Universidad de la Empresa - UDE

³ Pedagogia UERJ, mestranda Universidad de la Empresa - UDE

⁴ Pedagogia, mestranda Universidad de la Empresa - UDE



1 Introdução

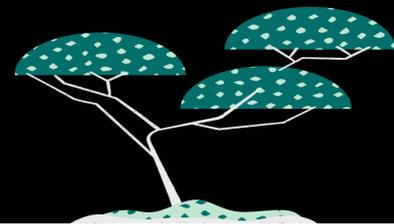
Por direitos humanos pode-se classificar os direitos e liberdades fundamentais relativos à garantia da vida digna a todas as pessoas, sendo que estes compostos por direitos civis e políticos (CUMPER, 2003). De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

Segundo Beetham (1998), os direitos humanos são constituintes da democracia, regime político em que os cidadãos elegíveis participam de forma igualitária a partir de atuação direta ou indireta. A efetividade dos direitos e liberdades básicas é conditio *sine qua non* para que as pessoas possam atuar ativamente frente às demandas públicas sem que haja controle popular por parte dos governantes. Apesar da estreita relação e mútua dependência entre direitos humanos e democracia, esta não se faz de forma simplificada e se mostra carregada de situações onde a violação dos direitos traz limitação à expressão democrática.

Conforme afirmativa de Sguissard (2009), dentre os direitos fundamentais, pode-se citar a educação. Esta é peça constituinte da democracia e possui alto nível de consolidação e expansão dos conceitos atrelados aos direitos humanos, sendo essencial para a permanência da sociedade igualitária, civil e politicamente. A educação é um direito de todos, independentemente de situação financeira, social, local de moradia, dentre outros aspectos.

Diante do pano de fundo da importância da educação para a formação de uma nação, vê-se, ao longo da história brasileira, iniciativas por parte do governo federal no intuito de aprimorar o sistema educacional, principalmente no que tange à formação superior. Dentre essas medidas, ao longo dos anos de 2012 e 2018, pode-se citar a iniciativa por parte do Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação na atuação como fomentador do processo de internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia brasileiras por intermédio das Instituições de Ensino Superior (IES) (SAVIANI, 2007).

Audi e Morosini (2010) afirmam que, por meio de programas apoiados pelo governo federal, gerou-se fluidez acadêmica internacional na graduação e na pós-graduação com o intuito do intercâmbio de conhecimentos e pesquisas. Nesse contexto, dá-se grande destaque ao



Programa Ciência sem Fronteiras, instituído através do Decreto n.º 7.642 de 13 de dezembro de 2011, responsável pela intensificação do processo de internacionalização do Ensino Superior e configurando este como um fenômeno complexo e peculiar.

Pelo viés acadêmico, os debates sobre o tema demandam, previamente, a compreensão aprofundada sobre o assunto bem como sobre as consequências dos fatos recentes. Assim, com o intuito de estudar as premissas e debater o processo de internacionalização do Ensino Superior brasileiro, o presente artigo traz uma breve discussão sobre a reforma da educação superior, a redefinição do entendimento sobre a Universidade, a internacionalização do ensino superior propriamente dita, as políticas atreladas à internacionalização bem como as implicações geradas por esse processo.

Optar pela pesquisa bibliográfica, para Diascânio (2020, p.98), “É se propor a gerar novos conhecimentos, baseando-se nos processos mentais de análise, síntese, comparação e confrontamentos sobre as teorias existentes, identificando nas bases teóricas existentes as possíveis respostas para o problema científico da investigação”.

Constitui-se em um método de pesquisa qualitativa que possibilita o entendimento de diferentes concepções sobre um determinado tema, pensado de forma coletiva num dado contexto e momento histórico (NEVES, 1996). Com esta técnica o pesquisador pode intensificar o acesso às informações sobre determinado fenômeno, seja pela intenção de gerar tantas possibilidades ou pela averiguação de uma ideia em profundidade. Portanto, a pesquisa é de caráter exploratório, e bibliográfico. Segundo Furaste (2006, p.38) a pesquisa exploratória “busca apenas mais informações sobre o que está sendo estudado”. “A pesquisa qualitativa sugere a introdução no campo das ciências sociais como mecanismo que intervém sobre o fenômeno em toda a sua instância” (DIASCÂNIO, 2020, p.85).

2 Fundamentação teórica

2.1 Ensino superior

Conforme Vygotsky, Luria & Leontiev (1992), o ensino é uma construção de conhecimentos através da participação e da interação com a sociedade. As Instituições de Ensino Superior – IES, segundo as Leis das Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB



(Lei n. 9.394/96), tem como finalidade “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua”, sendo que é por meio dos currículos dos cursos que as IES definem o conjunto de disciplinas, organizando as em uma sequência lógica de conteúdos visando atender as necessidades e expectativas da sociedade em relação ao indivíduo que formam (TCHEOU, 2002).

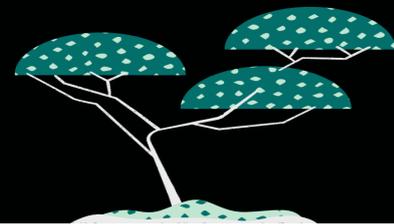
A exigência de profissionais mais qualificados, por parte das empresas, desloca o eixo da formação, no caso contábil, para a necessidade de novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade e a capacidade funcional. Portanto, ocorre uma alteração na estrutura de contratações que passam a requerer trabalhadores com um nível de educação, qualificação e experiência mais elevados.

De acordo com Souza (2006), inúmeras críticas têm sido feitas acerca do perfil dos graduados em contabilidade, gerando movimentos em favor de mudanças, tanto nos currículos como nas técnicas pedagógicas consideradas ultrapassadas, a fim de corrigir as deficiências dos cursos ofertados pelas Instituições de Ensino, possibilitando a formação de profissionais competitivos e competentes.

Sabe-se que o mercado de trabalho está a cada dia mais competitivo, pois a globalização causou uma revolução no campo tecnológico e têm despertado uma preocupação em todas as profissões e, conseqüentemente, em seus profissionais, surgindo assim à necessidade de investir na formação dos alunos e professores para atuarem nessa nova demanda que a sociedade exige.

Portanto, a formação do profissional no ensino superior passa por muitas etapas que se complementa, não se dissociando a teoria da prática e a orientação com bases pedagógicas, pois as formas de aprendizagem não devem ser esquecidas durante a vida escolar do aluno, não importando a etapa de formação que frequenta.

Outro fator que deve ser valorizado é a atual situação econômica do país, as frequentes oscilações e todo o processo de mudança, pois estabelecem, através do mercado de trabalho, novas exigências e necessidades profissionais de um modo geral.



2.2 Reforma da educação superior e redefinição nos fins da universidade

De acordo com Lima et al. (2008), no Brasil, pode-se notar fortes modificações nas IES, principalmente, entre os anos 2003 e 2010 na gestão Luiz Inácio Lula da Silva em que houve grande proximidade com o movimento global de alteração do ensino superior, através, principalmente, do Processo Bolonha (tradução livre do original Bolong Process) que atingiu diversos países europeus. Esta fase foi marcada por características atinentes às premissas do Processo Bolonha, as quais seguem listadas na Tabela 1.

Tabela 1: Características notadas nas IES.

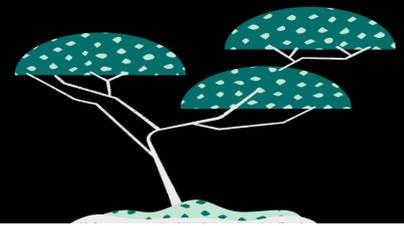
ASPECTO GERAL	DESCRIÇÃO
AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO	Centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, que promove maior ranqueamento e a competitividade entre as IES;
PARCERIAS	Maior incentivo à parceria universidade - setor produtivo;
GESTÃO	Adoção de mecanismos de gestão estratégica ou gerencial;
ABRANGÊNCIA SOCIAL	Diversificação de cursos e de IES;
	Estabelecimento de metas para ampliar vagas, aumentar a relação professor-aluno e diminuir o custo-aluno nas universidades públicas federais;
	Ampliação dos cursos e das vagas mediante educação superior a distância; Criação e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes pobres em IES privadas.

Fonte: elaborada pelo autor a partir do Bologna Process (2013)

De acordo com Santos (2004), uma das teorias a respeito das alterações lançadas às IES, eram que estas faziam parte de uma série de estratégias para que o Brasil assumisse um posicionamento de destaque internacional quanto à qualidade do ensino universitário, quando comparado a países latino-americanos e africanos.

Assim, a transnacionalização da educação superior passou a corroborar com o avolumamento desse nível educacional tanto regionalmente como globalmente gerando alterações tanto no papel da universidade na sociedade como internamente a estas através da compatibilização curricular com cursos do exterior, destaque institucional, melhoria na metodologia de avaliação e no processo de gestão bem como das redes de pesquisas.

As medidas tomadas ao longo do governo Lula foram consequências diretas daquelas iniciadas pelo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 - 2002), sendo estas orientadas pelo



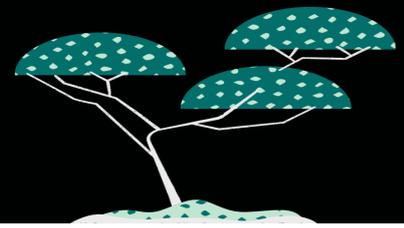
Banco Mundial, através de ações que visavam os seguintes pontos: incentivo à diversidade e distinção dos cursos superiores; adoção de programas educacionais à distância; diversificação das procedências dos aportes financeiros; implementação de processos de financiamentos de cunho estatal em conformidade com a performance esperada; melhoria e a aproximação entre professor e aluno; combate à saída precoce de alunos; combate às dependências nas disciplinas; exigência a maior transparência quanto aos gastos feitos com dinheiro público; o incentivo às pesquisas na tentativa de alinhar as demandas do mercado com os conteúdos ensinados em sala de aula; a promoção de políticas afirmativas para propiciar um maior acesso dos grupos prioritários; e, por fim, a instituição e o fortalecimento de reduções de mensalidades nas universidades privadas (SANTOS, 2004).

2.2 Internacionalização do ensino superior

De acordo com Morisini (2011), é possível destacar três possibilidades geradas pela transnacionalização da educação superior: a dimensionalidade internacional existente desde o século XX, censo está marcada pela incidência desconexa entre os programas; a educação internacional, propriamente dita, elaborada com finalidades políticas; e, por fim, a internacionalização da educação atrelada ao processo de globalização social e econômica, processo gerador de grandes impactos na educação superior.

Pode-se notar ao analisar obras a respeito do tema abordado que, muitos autores usam o conceito de internacionalização para se referir à globalização. Apesar disso, segundo Altbach e Knight (2007), deve-se atentar que estes são conceitos distintos: a globalização está ligada a tendência mundial gerada pelos processos capitalistas, principalmente ao longo do século XXI marcado pelo Estado mínimo e pela conscientização de parte da sociedade sobre a importância da educação superior. Já a internacionalização se refere ao grupo de políticas focadas no sistema acadêmicos focadas na transnacionalização deste ambiente fazendo com que este não se limite às paredes da universidade e atinja patamares mundiais.

O Brasil, apesar de ter se inserido no contexto da globalização desde o início de sua história produtiva, aderiu aos ideais da internacionalização, como já citado, apenas na década a partir do Governo FHC, cuja continuidade foi marcada pela atuação intensa do governo federa.



O Plano Nacional de Educação mais recente, que data o ano de 2014, estabelece dentre suas vinte metas propostas que três correspondam à internacionalização da educação superior:

Meta 12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior, (...)

Meta 13.7) Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14,9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós graduação brasileiras. Incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (PNE, 2014)

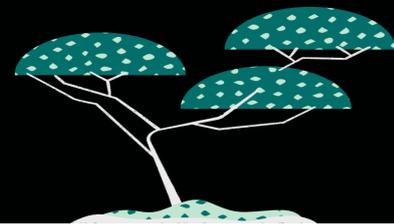
Diferentemente da globalização, processo contínuo e que não pode ser controlado, a internacionalização depende de uma série de fatores que envolvem a decisão dos detentores do poder como consequência de interesses diversos, como por exemplo, a necessidade de melhoria do padrão de qualidade e de confiabilidade atreladas às IES (ALTBACH E KNIGHT, 2007).

2.3 Implicações da internacionalização do ensino superior

Oliveira (2000) afirma que a internacionalização do ensino superior pode auxiliar de forma direta a qualificação da mão de obra brasileira, sendo este um dos principais argumentos, por exemplo, da gestão Dilma Rousseff diante o Programa Ciência Sem Fronteiras. A ideia é que o estudante retornaria ao Brasil com uma melhor qualificação para atuar no mercado de trabalho em decorrência de todo o aprendizado adquirido na experiência internacional.

Além disso, pode-se notar no discurso do governo federal, que, além das mudanças focadas nas demandas do mercado, espera-se também uma alteração social em decorrência da possibilidade de aberturas de IES dentro do contexto internacional oferecendo maior visibilidade ao que se produz nas universidades brasileiras bem como propiciando um networking social, acadêmico e profissional. Assim, a troca de conhecimentos culturais e pessoais também seria uma forma de incrementar a hospitalidade brasileira e gerar questionamentos diante dos paradigmas da sociedade (OLIVEIRA, 2000).

Apesar dos aspectos positivos citados, de acordo com Nogueira (2008), a internacionalização do ensino superior deve ser feita através de estratégias que superem a barreira do conhecimento fluente em outra língua. Este é um ponto crucial, já que a educação



básica brasileira não oferece respaldo suficiente para que um indivíduo adquira fluência e, portanto, os programas de saída do país acabam tendo caráter elitista, assim como o ingresso em universidades públicas.

3 Considerações finais

No presente artigo, realizou-se as diversas nuances atinentes às reformas educacionais no ensino superior evidenciando a alteração da concepção sobre a universidade e o impacto na internacionalização das IES. Pode-se concluir que as políticas focadas para este fim, possibilitam a fluidez acadêmica internacional na graduação e na pós-graduação, além de propiciar o intercâmbio de conhecimentos e pesquisas.

Apesar disso, pode-se identificar que o espaço científico muitas vezes é reduzido ao canal onde se evidenciam intenções de cunho político e econômico, sem que haja a percepção correta acerca dos impactos sobre a sociedade. Assim, deve-se enfatizar a necessidade da relação direta entre estratégias acadêmicas e inserção social para que, em processos como estes que envolvem a saída de estudantes para expandir a educação superior brasileira, não se restrinja àqueles que possuem maior renda e, sim, àqueles que de fato estão capacitados a representar o Brasil e intercambiar conhecimentos científicos, experiências culturais e aprendizados sociais.

Referências

AUDY, J; MOROSINI, M. **Inovação, Universidade e Internacionalização**: boas práticas na PUCRS. EdIPUCRS: Rio Grande do Sul, 2010.

BEETHAM, D. Human rights as a model for cosmopolitan democracy. *In*: ARCHIBUGI, D.; HELD, D.; KOHLER, M. (Eds.). **Re-imagining political community**: studies in cosmopolitan democracy. Cambridge: Polity Press, 1998.

BOLOGNA PROCESS. EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA. **Ministerial Declarations and Communiqués**. Apresenta documentos sobre o Espaço Europeu de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.ehea.info/article-details.aspx?ArticleId=80>. Acesso em: 25 fev. 2021.



CUMPER, P. Direitos humanos: a história, desenvolvimento e classificação. *In*: HEGARTHY, A.; LEONARD, S. **Direitos humanos**. Uma agenda para o século XXI. Lisboa: Instituto Piaget, p. 21-34, 2003.

DIASCÂNIO, J. M. **Etapas da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2020.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para trabalho científico**: elaboração e formatação. 14. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: [S. n.], 2006.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa** – características, uso e possibilidades. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. v. 1, n. 3, 2. sem. 1996.

NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. S.; RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-76, mai./ago. 2008.

OLIVEIRA, J. F. **A reestruturação da educação superior no Brasil no processo de Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010. **Metamorfose das universidades federais: o caso da UFG**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PORTUGAL. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**. Processo de Bolonha. Disponível em: https://ec.europa.eu/education/policies/higher-education/bologna-process-and-european-higher-education-area_pt. Acesso em: 11 jan. 2020.

PORTUGAL. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. jun. 2014.

LIMA, L.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em: <https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/avaliacao/a02v13n1.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**: Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARD, V. **Universidade brasileira no século XX**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, M. B.; ORTIZ, H. C. **A estrutura básica para o ensino superior de contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2006.



TCHEOU, Hellen. **Avaliação do ensino de Contabilidade nos Cursos de Administração de Empresas na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Centro Universitário Álvares Pentead, São Paulo, 2002.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1992.